

ASPIRANTE 4002 **RENAN MAIA** DE OLIVEIRA MARTINS

A FORJA DA CIVILIZAÇÃO

A formação militar e o diálogo entre guerra, cultura, instituições e civilização

ESCOLA NAVAL

RIO DE JANEIRO – 2023

ASPIRANTE 4002 **RENAN MAIA** DE OLIVEIRA MARTINS

A FORJA DA CIVILIZAÇÃO

A formação militar e o diálogo entre guerra, cultura, instituições e civilização

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Navais perante a Escola Naval.

Orientador: CF (IM) MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO

RIO DE JANEIRO

2023

MAIA, Renan de Oliveira Martins.

A forja da civilização: a formação militar e o diálogo entre guerra, cultura, instituições e civilização/ Renan Maia de Oliveira Martins. - RJ, 2023.

33f

Orientador: Marcello José Gomes Loureiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Navais) – Escola Naval, Rio de Janeiro - RJ, 2023.

1. Guerra. 2. Guerra. 3. Instituições. 4. Cultura. 5. Civilização
6. Formação militar. I. Loureiro, Marcello José Gomes. II. A forja da civilização. III. A formação militar e o diálogo entre guerra, cultura, instituições e civilização

A FORJA DA CIVILIZAÇÃO

A formação militar e o diálogo entre guerra, cultura, instituições e civilização

ASPIRANTE 4002 **RENAN MAIA** DE OLIVEIRA MARTINS

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Navais perante a Escola Naval.

Aprovado em: __ de _____ de 2023

Orientador

CF (IM) MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO

Membro da Banca

Prof^a DORIS DE ALMEIDA SOARES

Dedico este trabalho a minha mãe, pelo firme e imensurável apoio; a meus amigos, pela fiel companhia; e a meu orientador, pelos valiosos ensinamentos que vão muito além desta pesquisa.

RESUMO

A FORJA DA CIVILIZAÇÃO

Trazendo um conjunto de reflexões acerca da formação militar e da própria guerra, imergindo ainda esses conceitos no diálogo entre guerra, cultura e civilização, objetiva este trabalho, a partir de um estudo bibliográfico centrado em nomes e em temas de relevância das academias brasileira e internacional, apresentar novas reflexões a respeito da formação militar, da guerra, do regimento, e de suas interconexões, em especial no âmbito da discussão cultural-civilizatória. Além da mobilização de fontes primárias, conjunto constituído por escritos de Kant, Jomini, Foucault, Contamine e Clausewitz, contribuíram ainda textos que permitem maior facilidade interpretativa e que fornecem ideias pertinentes e agregadoras à abordagem do tema. A pesquisa conclui que a inserção da guerra no viés cientificista do século XIX pressupõe a existência de uma habilidade militar adquirível e parametrizável, levando assim à concepção da formação militar com base na dialética hegeliana. Nesse sentido, é pelo sentimento de sublime, instigado pelo contato com a experiência da guerra, mesmo numa situação de treinamento, que se observa o aprimoramento do militar. Outrossim, é no regimento que esse processo encontra seu espaço físico, sendo a instituição imprescindível não apenas para a adoção da guerra científica, senão também para o processo civilizatório e para um projeto político no âmbito do modelo de Estado liberal.

Palavras-chave: Guerra. Instituições. Cultura. Regimento. Civilização.

ABSTRACT

THE FORGE OF CIVILIZATION

Bringing together a set of reflections on military training and war itself, and immersing these concepts in the dialogue between war, culture, and civilization, this paper aims, based on a bibliographic study focused on names and topics of relevance in Brazilian and international academies, to present new reflections on military training, war, the regiment, and their interconnections, especially in the context of the cultural-civilizational discussion. In addition to the mobilization of primary sources, a set consisting of writings by Kant, Jomini, Foucault, Contamine, and Clausewitz, other papers that allow greater interpretive ease and that provide ideas of interest to the approach of the topic were also used. The research concludes that the insertion of war in the 19th century's scientific bias presupposes the existence of a military skill that can be acquired and parameterized, leading thus to the conception of military training based on Hegelian dialectics. In this sense, it is through the feeling of the sublime, instigated by contact with the experience of war, even in a training situation, that a serviceman's personal development is observed. Furthermore, it is in the regiment that this process finds its physical space, being the institution indispensable not only for the adoption of a scientific war, but also for the process of civilizing a society and for a political project within the framework of the liberal State model.

Keywords: War. Institutions. Culture. Regiment. Civilization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O TALENTO E A PROFISSÃO DAS ARMAS	10
3 A FORMAÇÃO MILITAR.....	16
4 O REGIMENTO E A CIVILIZAÇÃO.....	21
5 CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A formação militar e a própria temática da guerra já foram objetos de estudos de uma miríade de autores. Debruçando-se sobre a guerra por diversas perspectivas e em variados momentos temporais, descreveram-na através das linhas de narrativas sincrônicas e diacrônicas, sob prismas reducionistas e holistas. Com documentos e relatos, embasados em experiência e ciência, produziram tratados e artigos, alguns dos quais ofereceram aos autores a imortalidade no tempo – imortalidade essa menos questionada que a das próprias maneiras de se fazer guerra. Na crítica e no elogio, a guerra encontra espaços no meio acadêmico e perdura no tempo. A formação militar, de forma semelhante, já foi abordada e interpretada de formas extremamente diferentes. Suas formas se alteram no tempo, e, como tema, inspira a redação de manuais e de doutrinas até a contemporaneidade.

Existe, no entanto, uma “lacuna” – entre aspas em respeito aos empreendimentos da academia já realizados – na abordagem da guerra e do processo de formação militar. Ela envolve a compreensão de minúcias; do pressuposto fundamental que permite a discussão da guerra; dos significados do militarismo no tempo; da relação entre guerra, filosofia, civilização e educação militar; e do papel crucial que desempenha o regimento não apenas como instituição militar, senão também como política e, sobretudo, civilizadora. Os fundamentos são pouco entendidos: a capacidade para guerrear é natural ou adquirida e como tal concepção se transforma no tempo? O que significou a carreira militar no tempo? Por que militares passam por adversidades? Qual a importância dos regimentos em todo esse turbilhão de indagações?

São inúmeras as perguntas, e trazer a algumas delas o alívio das respostas é o propósito deste trabalho. A partir de um estudo bibliográfico centrado em nomes e em temas de relevância das academias brasileira e internacional, objetiva-se apresentar um novo olhar, novas perspectivas, a respeito da formação militar, da guerra, do regimento, e de suas interconexões, em especial no âmbito da discussão cultural-civilizatória. Além da mobilização de fontes primárias, tais como obras de Kant, Jomini, Foucault, Contamine e Clausewitz, são utilizados ainda textos que permitem maior facilidade interpretativa e que fornecem ideias pertinentes e agregadoras à abordagem do tema.

É a partir da análise do conjunto que se construirá uma imagem mais completa e coerente do tema abordado. Inicialmente, é discutida a função militar na história; o surgimento dos regimentos; a concepção nata ou adquirida do talento para a guerra, bem como suas transformações na história e relações com a experiência; e a inserção da guerra na tendência de cientificação que marcara o século XIX. Após, a formação militar assume o protagonismo nos parágrafos, sendo abordada sua relação com a filosofia em termos do sublime; seus significados para o militar que a ela é exposto; e como está correlacionada ao conceito de civilização. Por fim, a discussão sobre o regimento e a civilização se desdobra por inteiro, analisando-se a nova forma do regimento nos novecentos e suas relações com um projeto político e civilizatório, bem como suas contradições no escopo do Estado liberal.

Compreender a realidade sob novas óticas é o propósito-fim da pesquisa em humanidades. Da interpretação da guerra e da formação militar em seus vieses filosófico e humanístico, é possível entender suas conexões com a cultura e com a civilização. O estudo dos conflitos, assim, deve consistir em um diálogo não apenas com a tática, a estratégia e a história, como também com a cultura, a filosofia e a civilização.

2 O TALENTO E A PROFISSÃO DAS ARMAS

Caminhar com olhar crítico e atencioso pelas veredas da história é atividade impreterível para alcançar quaisquer explicações acerca do mundo e de suas peculiaridades. Dessa afirmação não se excetua a formação militar, posto que seu modo de execução na contemporaneidade nada mais é que o fruto do esforço laborioso de personalidades históricas imersas nos costumes, pensamentos e disposições sociais de suas respectivas épocas. Propor um novo olhar sobre a formação militar exige, naturalmente, dialogar criticamente com esses diferentes tempos e autores a respeito do tema, oferecendo novas perspectivas a respeito de suas ideias a fim de compreender, ulteriormente, como se desenvolveu o preceito fundamental que justifica o estudo deste tema.

Na própria expressão “formação militar” se encerra uma multitude de significados, os quais tratam ora do condicionamento humano às situações e exigências do combate (ênfase no soldado), ora do preparo para o comando (ênfase na oficialidade). Em relação ao desenvolvimento desses significados no tempo, pode-se afirmar que ocorreu de maneira parcialmente síncrona: até a cientificação da guerra, a experiência e o talento inato preponderavam nas discussões acerca da preparação para a atividade das armas, e foi apenas no século XIX que se observou uma incipiente teoria militar que parametrizasse, em termos universais e com repetibilidade assegurada, a formação tanto de bons soldados como de bons comandantes.

Durante o curso da história, diversos foram os paradigmas ideológicos que defendiam a origem inata do talento militar em matéria de comando. Para os soldados, oferecer-lhes-ia apenas a experiência um aprimoramento significativo na capacidade de combater. Para os generais, ou seja, a nobreza, os dons de nascença, complementados pela experiência, seriam causas suficientes e inequívocas para a existência dos gênios militares. De fato, a seleção para o comando foi frequentemente atrelada, principalmente no século XVIII, à experiência e a algum outro fator externo, como eloquência e interesse político ou grau nobiliárquico, sendo o sucesso dos expoentes no meio atribuído mormente à competência militar inata, de natureza não-transmissível e não-adquirível (HUNTINGTON, 2000, p. 30).

É de se esperar, no entanto, que fosse dessa sorte a crença mais amplamente aceita, ou imposta, à época. Numa sociedade fundamentalmente aristocrática, na qual uma amálgama semântica entre nobreza e divindade (com suas devidas ressalvas religiosas) permitia o enraizamento de crenças sólidas na conexão dos governantes com o poder supremo, a emersão de incertezas a respeito da classe dominante e de noções que tornassem diminuta a sua distância conotativa da plebe contribuiria para corroer irreversivelmente o poder político do estrato superior. Dos reis, por exemplo, a medicina ou a heresia ousarem invalidar a cura de algumas doenças pela *taumaturgia*¹ significaria também privá-los da influência política advinda da confirmação recorrente da crença no poder real. De maneira semelhante, retirar dos generais – entenda-se, assim, da nobreza – o protagonismo do talento inato, divino, através da desconstrução da relevância desse fator para o sucesso militar significaria, igualmente, privá-los de uma das fontes de prestígio que assinalava sua superioridade frente aos outros estratos sociais.

Não apenas restrita ao escopo dos mecanismos de poder, a crença no talento inato alinhava-se também aos interesses da religião em matérias de manutenção da ordem estamental. Para as crenças daquela época, o ordenamento societário no qual estavam inseridos os indivíduos deveria ter características rígidas, em que as classes estavam notória e indiscutivelmente separadas por um intransponível vale de imobilidade social, não por vontade de seus membros, mas sim pela vontade de Deus. Se um homem nasceu servo, assim provavelmente será por toda a sua vida, pois essa é a vontade dos céus, espelhada e interpretada no direito natural. Se outro nasceu nobre, eis outro fruto da mesma vontade. De fato, nem mesmo a sorte estava fora do alcance da religião: o vaivém dos bons e maus momentos experimentados no curso da vida era regido, ulteriormente, pela providência divina, responsável por fazer girar a alegoria da roda da fortuna, a qual representava precisamente esse movimento (LOUREIRO, 2022, p. 205). Assim, assumir que é possível formar um gênio militar seria também permitir a um homem educado ascender à altura dos nobres – um movimento vertical disruptivo, que vai de encontro à ordem estabelecida por Deus e regida pela providência divina. Apenas ao longo do tempo vai a fortuna perder espaço para a virtude – *virtù*, traduzida aqui por astúcia – enquanto regente da queda e da

¹ Sobre a relevância da *taumaturgia* no período medieval e sua contribuição para o poder político dos reis, ver “Os reis *taumaturgos*”, de Marc Bloch.

ascensão dos homens, tendência essa que começa a se manifestar em Maquiavel e nas formas progressivamente mais aceitas de se debochar da fortuna (SEHELLART, 2006). Até então, não seria admissível uma mobilidade social governada pelos homens, paralela à providência divina.

Esse pensamento, por extensão, futiliza quaisquer esforços de profissionalização dos militares em termos de formação para o comando. As próprias *compagnies d'ordonnance*, criadas na França em 1445 por Carlos VII e entendidas como marco inicial da adoção do exército permanente, também sequer podem ser pensadas como estabelecimentos próprios de formação militar, principalmente em seus arquétipos iniciais. Na verdade, essas companhias faziam parte de um projeto de desmilitarização civil pautado numa agenda de cunho majoritariamente político. As *compagnies* reduziam o poder da nobreza em termos de mobilização do contingente populacional para a guerra (ato que, além de dependência política, gerava outras complicações pelas onerosidades impostas à atividade econômica), resolvendo também a dualidade entre incitar a população a tomar armas em prol da guerra e, simultaneamente, exigir passividade e submissão para melhor governar. Nesse sentido, para as classes inferiores, essas companhias eram uma maneira de separar por definitivo os portadores de armas dos cidadãos comuns; para a nobreza, eram uma oportunidade de obter prestígio e influência, ao passo que era minada a influência dos vassalos na mobilização. Não se tratavam, portanto, em primeira concepção, de uma iniciativa orientada para a capacitação de militares.

[...] in France, for example, the permanent cavalry (the *ordonnance companies*) and the king's household, with its many different corps, formed 'a welcome home' for young nobles who saw in them a means of living honourably, a reason for hope and enterprise. Nevertheless the impression remained, at least among informed observers, that 'the king of France had disarmed his people in order to rule without resistance'². (CONTAMINE, 1999, p. 249)³

As verdadeiras iniciativas de aprimoramento do processo de formação militar tiveram de ser acompanhadas por uma igual revolução no campo teórico. Era

² BARINCOU apud CONTAMINE, 1999.

³ Na França, por exemplo, a cavalaria permanente (as companhias de ordenança) e a casa real, com suas muitas unidades militares diferentes, formaram uma casa acolhedora para jovens nobres que nelas viam um meio de viver honrosamente, uma razão para esperança e empresa. Não obstante, a impressão permaneceu, ao menos entre observadores informados, que "o rei da França havia desarmado seu povo para governar sem resistência". Todas as traduções desta pesquisa são livres e de autoria própria.

necessária uma nova interpretação desse talento que justificasse a existência de escolas de formação não restritas apenas à área técnica, onde já haviam ganhado força após as reformas militares prussianas. Ao crescente de profissionalização técnica foi inserida a profissionalização cultural-acadêmica e doutrinária apenas por conta de uma revisão dos preceitos axiomáticos a respeito dos fatores contribuintes para o sucesso militar, principalmente o talento inato.

Frente ao desenvolvimento da teoria militar, o talento inato logrou permanência contrastante com os demais paradigmas, que se estruturavam e se destruíam ao passar das guerras e do tempo. Despido da roupagem de privilégio da classe nobre, foi reinventado no período de cientifização da guerra por expressões como a francesa *coup-d'oeil* (golpe de olho), numa forma de exaltação à intuição enquanto habilidade imprescindível para o bom general. Em “Da Guerra”, Clausewitz (2018, p. 123) apresenta “o olho infalível do próprio gênio” como uma exigência da própria guerra em sua natureza dinâmica e imprevisível, sendo “um senso de unidade e um poder de julgamento [...] que rapidamente percebe e descarta mil possibilidades remotas que uma mente comum teria que esforçar-se para identificar”. O autor ainda menciona Napoleão Bonaparte, reconhecido por seu brilhantismo e crença manifesta na importância da intuição para o sucesso na campanha militar. O Barão de Jomini, em seu “*Précis de l’Art de la Guerre*”, também enaltece a intuição como fator-chave capaz de assegurar o sucesso das batalhas frente ao esmorecimento da própria teoria científica:

C’est dans cet acte important⁴ que la théorie devient difficile et incertaine, parce qu’elle se trouve alors insuffisante et qu’elle n’égalera jamais le génie naturel de la guerre, ni le coup-d’œil instinctif que donnera la pratique des combats à un général brave et d’un sang-froid éprouvé. (1838, p. 48)⁵

Essa reinterpretação, podendo-se dizer “reinvenção” sem prejuízo semântico, do talento inato trouxe uma diferença crucial em relação ao conceito antigo, a qual possibilita entender de fato o advento das instituições de formação militar,

⁴ O “ato importante” ao qual se refere o autor é o problema tático da batalha, descrito no parágrafo acima do citado. Trata-se, basicamente, de uma descrição da maneira fundamental de se vencer uma batalha, salientando-se ao fim a dificuldade situacional que emerge na concretização de tal plano. Nesse contexto, o gênio militar e o instinto adquirido pela experiência se sobrepõem à própria teoria na proposição de soluções táticas.

⁵ É neste ato importante que a teoria se torna difícil e incerta, porque ela se apresenta agora insuficiente e não se igualará jamais ao gênio natural da guerra, nem ao golpe de vista instintivo que dará a prática dos combates a um general bravo (com bravura) e de um sangue frio já posto à prova. Em todo o trabalho, foi respeitada a grafia original.

principalmente na oficialidade: um novo olhar sobre a transmissão dessas habilidades sob a história. Anteriormente, por mais vivência de que dispusesse um general, seu talento possuía um caráter exclusivo de si – individual, intrínseco, intransmissível – que, no máximo, era corroborado pela experiência. A nova ótica do século XIX, no entanto, apresenta o talento com um grau significativamente maior de transmissibilidade. Jomini, no trecho supramencionado, separa o talento entre uma parte intrínseca (“*le génie naturel de la guerre*”), intransmissível, e uma extrínseca (“*le coup-d’œil instinctif*”), adquirida pela prática do combate e por um sangue-frio já posto à prova. Clausewitz traz uma interpretação igualmente peculiar, condicionando o bom uso do talento inato a traços de personalidade do próprio militar:

Se perguntarmos então que tipo de mente tem maiores probabilidades de revelar as qualidades do gênio militar, tanto a experiência como a observação nos dirão que é a mente indagadora e não a criativa, a abordagem abrangente e não a especializada, o cérebro calmo e não o nervoso que devemos escolher na guerra para confiar a sorte de nossos irmãos e filhos e a segurança e a honra do nosso país. (CLAUSEWITZ, 2018, p. 124)

Tendo inicialmente coexistido de maneira harmônica, os termos que doravante denominar-se-ão “talento natural” (intransmissível) e “talento adquirido” (transmissível) crescentemente foram contrapostos, de forma que aquele percorre uma trajetória de perda de prestígio enquanto este ascende como elemento fundamental para a formação militar. A tendência geral que se observou no desenvolvimento da teoria militar naquele período é a que notoriamente marcou os próprios oitocentos: a busca pelo conhecimento científico e universal. O esforço depreendido pelos teóricos do período teve por fim ulterior a parametrização da guerra em princípios universais, os quais pudessem ser reaplicados sem dependência do tempo e do espaço⁶. Se crescentemente são desenvolvidas novas ideias pautadas numa concepção generalizadora, não se pode admitir a imprescindibilidade de uma genialidade inata, posto que está restrita ao próprio indivíduo enquanto essência. Nesse sentido, a história reemerge sob a veste de fonte de sabedoria, e desenvolve-se novamente a crença em seu estudo como forma de obtenção de conhecimentos

⁶ Segue-se uma explicação mais detalhada: independem os princípios da guerra do tempo e do espaço porque, embora sejam fundamentalmente estruturados sobre a análise histórica, é dever do próprio militar adequá-los ao seu tempo e à situação na qual se encontrarem suas forças através de um novo “golpe de vista”, agora caracterizado pelo balizamento estrito, e não mais pela intuição pura, fornecido pelos princípios de guerra. Portanto, os princípios são, em si, apenas conceitos que orientam as ações dos tomadores de decisão.

úteis para a atividade das armas – segundo Keegan (2004, p. 17), “familiarizing the young officer with the unknown”⁷.

A guerra científica requer um militar igualmente cientificado, e o novo objetivo era agora entender como obter, em qualquer oficial, o mesmo desempenho dos gênios através do talento adquirido. Daí devem surgir métodos de ensino, processos de lapidação, estruturação de caráter, dentre outros, que tão significativamente representam a formação militar contemporânea. Eis, portanto, a premissa que justifica todas as discussões, como esta, a respeito da formação militar: o dom para a guerra pode ser adquirido, e existe um método para transmiti-lo.

⁷ Familiarizando o jovem oficial com aquilo que é desconhecido (tradução livre). A supramencionada forma de utilização da história possui sérias limitações, as quais são apontadas, inclusive, por Keegan. Esse autor, no trecho, apenas reconhece que era esse o propósito de sua utilização.

3 A FORMAÇÃO MILITAR

O processo de formação militar atual notoriamente conserva princípios idealizados num período de reinterpretação da própria guerra e da figura do soldado. Mais uma vez, discutir a contemporaneidade envolverá um retorno às raízes embrionárias do passado, buscando entender as justificativas originárias daquilo que se manifesta no presente. O estudo da formação militar tem em seu seio uma miríade de assuntos correlatos, dentre os quais as temáticas de civilização, autossuperação, identidade e cientifização, cujas conexões com o tema principal intenciona-se explicitar através das discussões deste capítulo. Lograr-se-á, assim, uma perspectiva não apenas histórica, como também filosófica, cultural e política, que permitirá dar nova luz teórica às práticas adotadas nos dias atuais.

Em termos de seu significado, a atividade das armas percorreu uma longa singradura semântica no tempo, havendo sido definida como uma solução para litígios territoriais, uma ferramenta de imposição religiosa e, nos oitocentos, uma componente fundamental da identidade nacional, do triunfo da civilização e da supremacia da ciência sobre as áreas do mundo. Esse percurso, na verdade, é uma manifestação das próprias transformações culturais que acompanharam as sociedades humanas no curso do tempo. A guerra é, sobretudo, uma extensão da própria cultura, que a define e também por ela é definida⁸. A formação militar como é contemporaneamente conhecida surgiu precisamente com a consolidação do último sentido da guerra entre os supramencionados: um ato civilizado, científico, identitário – componente inseparável da própria cultura que naquela sociedade se difundia, inserida no contexto filosófico do romantismo e concretizada por meio dos regimentos.

Uma das noções mais importantes que permitem compreender a maneira como se estruturou o método de formação dos homens de armas é o do sublime, em especial sua interpretação segundo Kant e a escola idealista alemã. A respeito da conceituação do sentimento de sublime, é possível entendê-lo como “um desacordo (para mais ou para menos) entre o juízo e a forma em questão, causando forte impressão no homem, levando-o, por tanto, à comoção” (ALBUQUERQUE e LOUREIRO, 2020, p. 199). Uma outra acepção para o verbete, sob uma ótica mais

⁸ Para verificar inúmeros exemplos que apresentam as diferentes formas de se fazer guerra e seus diferentes significados em função da cultura, ver Keegan, “Uma História da Guerra”, em seu primeiro capítulo.

especificamente kantiana, confere-lhe o peso de uma emoção poderosa, avassaladora, vislumbrada como uma amálgama de medo e admiração experimentada apenas pelo pensamento, ou seja, que não pertence obrigatoriamente a objetos da sensibilidade. Dessa forma, é composto paradoxalmente por um conjugado de prazeres e de desprazeres que, embora alvo de aversão por parte da alma, são de extremo agrado da racionalidade. Na Crítica da Faculdade do Juízo, o filósofo traz a seguinte conceituação:

O sentimento do sublime [...] é um prazer que surge apenas indiretamente, ou seja, é produzido pelo sentido de um impedimento momentâneo, seguido de uma efusão mais forte das forças vitais e, por isso, enquanto emoção, não se apresenta de fato como um jogo⁹, mas como algo de sério no emprego da imaginação. [...] o prazer do sublime não é tanto uma alegria positiva, mas de preferência contém maravilha e estima, isto é, merece ser chamado de prazer negativo (KANT, 1995, p. 90)

O conceito torna-se importante, sobretudo, quando inserido num pensamento dialético hegeliano, de formação de sínteses a partir dos conflitos (desacordos) entre o homem e o ambiente, entre o interno e o externo, e nas concepções do romantismo sobre a figura do homem. De acordo com as crenças do referido movimento, o indivíduo é uma composição de múltiplos fragmentos distintos, dispostos segundo uma dicotomia ironicamente paradoxal. É a análise conjunta desses fragmentos que permite compreender a totalidade do ser, e são precisamente os paradoxos que explicam seu comportamento errante e por vezes contraditório (ALBUQUERQUE e LOUREIRO, 2020, p. 207). Por exemplo, pode um homem se dizer praticante da caridade e recusar, por razões de quantidade já ofertada previamente ou mera inconveniência, a fornecer esmola a um pedinte. Pode ele, também, ser um defensor da paz e, ainda assim, acreditar na violência da guerra para a sua obtenção. São esses discursos, criados e destruídos natural e rotineiramente, que permitem ao indivíduo repensar seus comportamentos e suas convicções, alterando assim sua própria individualidade. Um ser moldável, fragmentado, não-rígido, que é ou não é dependendo das circunstâncias, e não de uma rigidez preestabelecida: este é o homem romântico, e, nesse sentido, a dialética do embate de teses e antíteses segundo Hegel pode ser compreendida como ferramenta para modificar essas convicções e, por consequência, a individualidade.

⁹ O uso da palavra “jogo” faz-se em virtude da vinculação do belo à imaginação lúdica, realizada anteriormente pelo filósofo em seu texto. O sublime, em contraste, traz uma imaginação de caráter mais sério.

Diante do entendimento da dialética hegeliana enquanto método de se alterarem as crenças de um indivíduo, torna-se igualmente importante compreender sua própria natureza, e, aí, a participação do sentimento de sublime. Hegel, tratando do processo dialético, postula a necessidade das discordâncias através das ideias de finito e infinito. Conforme explicitado por Reale e Antiseri (2005, p. 107), para Hegel, a primeira fase, ou a da tese, consiste num ato do intelecto caracterizado pela apresentação do conhecimento ao indivíduo. Esse conhecimento, no entanto, possui em si inadequações porque permanece no finito (ou no falso infinito), ou seja, restringe-se a um abstrato estabelecido e cristalizado dentro do próprio ser. Para que o conhecimento possa ir além dos limites da razão, faz-se necessário um momento negativo, de embate, nos quais serão expostas limitações e oposições de forma a torna-lo mais fluido, ou seja, menos cristalizado; e outro positivo, no qual, superadas as contradições, emerge uma nova ideia (síntese) que, em posterior atividade dialética, assumirá o papel de tese, reiniciando assim o ciclo. Para que devidamente tenha curso o momento negativo, é necessária uma força suficiente para provocar incisiva e intensamente as supramencionadas oposições. Tal força nada mais é que o sentimento de sublime, emergindo de ideias ou objetos capazes de excitar sua manifestação. Dessa forma, a experiência, no sentido de vivência, contato com o mundo exterior, torna-se imprescindível para o autodesenvolvimento, e incentivar a realização de mudanças em um indivíduo significa agora expô-lo a objetos capazes de provocar o sublime.

Em relação aos objetos provocantes do sublime, é imprescindível que seja criteriosa a sua seleção. A própria natureza, frequentemente associada ao sentimento, nem sempre é capaz de fazer manifestar-se a emoção, e, nesse sentido, Kant propõe uma ressalva. Segundo o filósofo, para que a natureza seja julgada como sublime, é necessário que suscite medo, pois, “no ajuizamento estético [...], a superioridade sobre obstáculos pode ser ajuizada somente segundo a grandeza da resistência. [...] aquilo ao qual nos esforçamos por resistir é um mal e, se não consideramos nossa faculdade à altura dele, é um objeto de medo.” (1995, p. 102) Ou seja, é apenas um mar significativamente revolto, por exemplo, que é capaz de gerar no observador o sublime, visto que um mar de pequenas ondas não suscita medo algum.

Destarte, é possível interpretar a guerra como um dos mais perfeitos objetos engendradores do sentimento de sublime. Nada há de mais amedrontador que uma

morte repentina e dolorosa no campo de batalha. Uma morte fria, impessoal, insignificante, a qual para a guerra é um número, para o militar é o fim e para a família do soldado é a desolação. Colocar-se defronte à morte paulatinamente significa estar diante de uma força imensurável, incapaz de ser contida por um único indivíduo, e é justamente nesse ambiente de dor, sofrimento e animalização que reside uma das mais aproveitadas fontes de contemplação na arte. São pintores como Edoardo de Martino que trazem à luz esse potencial, com obras capazes de gerar no observador uma contemplação amedrontadora, mas igualmente bela, a partir do retrato da mais sanguinária atividade humana.

De fato, é também na arte, na ciência e nas batalhas que se cruzam a guerra e a civilização. Trazem as pinturas militares uma representação teoricamente contraditória: num contexto de morte e violência, emergem a ordem e a sociedade. Na barbaridade, e contra a própria barbaridade, triunfa também a civilização¹⁰. Para o campo teórico, Clausewitz apresenta, na noção de guerra verdadeira, o próprio modo de guerrear dos povos civilizados em contraste com as imperfeições da guerra real. O próprio esforço defendido pelo general de aproximar à verdadeira a guerra real significa, por extensão, um processo de tornar civilizado também o combate.

As confluências entre guerra e civilização e entre guerra, sublime e aprimoramento individual convergem também na formação militar. Para as incipientes escolas de formação (novamente excluindo as técnicas), formar um bom militar significa, assim, expô-lo à maior quantidade possível de elementos que gerem o sublime, para que, a partir da dialética, seja possível alcançar novas sínteses. O próprio processo de formação, na verdade, encontra também renovadas justificativa e propósito: diante da impossibilidade de expor amiúde o indivíduo à guerra, é necessário encontrar um método capaz de prover a experiência da guerra sem as consequências da guerra. Isso significa, também, trazer a civilização ao indivíduo, e transformar o próprio militar, enquanto agente da guerra, em propagador da civilização aos oponentes. Segundo Albuquerque e Loureiro:

o bom militar, a priori, é também o civilizado, porque age em prol de um Estado que guarda regras bem definida de engajamento e, ainda, que se

¹⁰ Para aprofundamento na relação entre guerra, barbárie e civilização, com comentários a respeito da arte, ver “Com selvagens não há outro meio: discursos de civilização e barbárie no contexto da guerra do Paraguai” em “O Legado de Marte: olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai”, de Ferreira, Loureiro e Neto.

envolve em conflitos orientados pelos princípios da guerra justa e não selvagem. Mas também civiliza, porque obriga, de modo violento, seus adversários à reflexão (2020, p. 219)

A instituição na qual se materializou essa confluência de conceitos e se desenvolveu o referido método de formação foi, por excelência, o regimento do século XIX. Escolas que “estimulavam a temperança, o preparo físico e a proficiência nos estudos básicos elementares” (KEEGAN, 2006, p. 29), ensinando também aos soldados a leitura e a escrita e a suas esposas a costura¹¹, os regimentos incutiam nos soldados valores ditos imprescindíveis para a guerra, atuando também como instituições doutrinadoras e transformadoras de pensamento. Em Loureiro (2023, p. 2), é definido como:

Elemento basilar para a crença em torno da institucionalização da violência, o regimento e sua cultura inerente deviam ensinar aos jovens obediência, disciplina, hierarquia, espírito de corpo e de sacrifício. Tudo isso em nome de um suposto amor ao Estado e às suas histórias adstritas – também em construção – sintetizadas nas fórmulas de patriotismo

Se guerra, formação militar e civilização se interceptam no campo ideológico pelo sublime, é no regimento que essa coincidência encontra seu espaço físico. É nessa instituição que se constroem e se desconstroem indivíduos; em que o cidadão é preparado, sob um processo científico e parametrizado, para protagonizar a guerra verdadeira.

¹¹ *Idem.*

4 O REGIMENTO E A CIVILIZAÇÃO

A relação entre os regimentos e o próprio conceito de civilização é profunda e instigante, superando a mera circunscrição do meio militar. Na verdade, o regimento do século XIX é um projeto militar por excelência, político por intenção e civilizatório por consequência. Foucault (1975), em seu estudo das relações de poder protagonizadas pelas instituições da sociedade no século XIX, discorre também acerca do papel bifuncional da disciplina. O autor apresenta duas facetas em sua abordagem: a *discipline-blocus*, ou disciplina-bloqueio, e a *discipline-mécanisme*, ou disciplina-mecanismo. De um movimento de transformação e de expansão progressiva do uso da disciplina, agora como vigilância generalizada, formadora dos ditos “indivíduos úteis”, e não como tratamento para casos excepcionais, emerge então a dita sociedade disciplinar dos séculos XVII e XVIII.

A une extrémité, la discipline-blocus, l'institution close, établie dans les marges, et toute tournée vers des fonctions négatives : arrêter le mal, rompre les communications, suspendre le temps. A l'autre extrémité, avec le panoptisme, on a la discipline-mécanisme: un dispositif fonctionnel qui doit améliorer l'exercice du pouvoir en le rendant plus rapide, plus léger, plus efficace, un dessin des coercitions subtiles pour une société à venir. [...] Le mouvement qui va d'un projet à l'autre, d'un schéma de la discipline d'exception à celui d'une surveillance généralisée, repose sur une transformation historique : l'extension progressive des dispositifs de discipline au long des XVIIe et XVIIIe siècles, leur multiplication à travers tout le corps social, la formation de ce qu'on pourrait appeler en gros la société disciplinaire¹² (FOUCAULT, 1975, p. 211)

Em Foucault, a disciplina militar também assume uma nova função. Não apenas suprime os instintos dos soldados, na temática de um bloqueio do comportamento selvagem, animalesco, contrário à guerra civilizada de Clausewitz, como também os torna receptivos às ordens e à natureza da profissão das armas, atuando como mecanismo que erige uma nova forma de agir sobre as ruínas daquela anterior, incivilizada.

La discipline militaire n'est plus un simple moyen pour empêcher le pillage, la désertion, ou la désobéissance des troupes; elle devient une technique de base pour que l'armée existe, non plus comme une foule ramassée, mais

¹² Em uma extremidade, a disciplina-bloqueio, a instituição fechada, estabelecida nas margens, e orientada para as funções negativas: cessar o mal, romper comunicações, suspender o tempo. Em outra extremidade, com o panoptismo, temos a disciplina-mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder ao torna-lo mais rápido, mais ligeiro, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que há de vir. [...] O movimento que vai de um projeto ao outro, de um esquema da disciplina de exceção ao da vigilância generalizada, repousa sobre uma transformação histórica: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação daquilo que podemos chamar grossamente de sociedade disciplinar.

comme une unité qui tire de cette unité même une majoration de forces; la discipline fait croître l'habileté de chacun, coordonne ces habiletés, accélère les mouvements, multiplie la puissance de feu, élargit les fronts d'attaque sans en diminuer la vigueur, augmente les capacités de résistance, etc.¹³ (FOUCAULT, 1975, p. 212)

Entretanto, é também nessa sociedade que a disciplina militar vê reconhecido um papel peculiar, que transcende tanto a *discipline-blocus* quanto a *discipline-mécanisme*: ela atua ainda, como componente estruturador de identidade. É esse outro propósito, exclusivo da disciplina militar, a terceira faceta que suplanta as outras duas, permitindo seu uso como mecanismo de civilização com vieses políticos. A disciplinarização se trata, assim, de um processo de descartar o comportamento indesejado, implantar o desejado, e gerar, com a transformação da identidade, a lealdade e a internalização das ideias.

Não apenas detentor do potencial do uso político, o regimento também atuava como uma instituição dessa natureza. Clausewitz, afirmando a característica de imbricação entre a guerra e a política e pondo o militar como a figura ideal para se pensar na guerra – e, por extensão, na política –, afirma:

Para que a guerra esteja em total harmonia com os propósitos políticos, e para que a política seja adequada aos meios existentes para a guerra, a menos que o político e o soldado sejam a mesma pessoa, a única medida sensata é tornar o Comandante-em-Chefe um membro do gabinete, de modo que o gabinete possa participar dos principais aspectos das suas atividades. (CLAUSEWITZ, 2018, p. 721)

Os militares de regimento sabem, no entanto, que é impossível uma classe ascender ao nível político sem a devida adequação ao rigor societário do mundo civilizado. De fato, Norbert Elias (2001), através do estudo da corte de Luís XIV, aponta a função julgadora dos novos procedimentos de etiqueta que tomam crescente relevância na vida social. É no trato com o rei, na forma de olhar, na postura ao sentar e no procedimento ao se servir, por exemplo, que é possível verificar o grau de civilidade de um cortesão.¹⁴ O código de etiqueta simboliza um teste recorrente e imperdoável, no qual a corte julga entre si, o rei julga a corte, e, curiosamente, por ela também é julgado. A vida na corte é repleta de procedimentos, de detalhes e de

¹³ A disciplina militar não é mais um simples meio para impedir a pilhagem, a deserção ou a desobediência das tropas; ela se torna uma técnica de base para que os exércitos existam, não apenas como uma multidão aglomerada, mas como uma unidade que tira dessa unidade um aumento das forças. A disciplina faz crível a habilidade de cada um, coordena essas habilidades, acelera os movimentos, multiplica o poder de fogo, alarga as frentes de ataque sem lhes diminuir o vigor, aumenta as capacidades de resistência, etc.

¹⁴ Assume tamanha relevância o comportamento social que são publicadas obras como “O Cortesão”, de Baldassare Castiglione, a qual consiste em um manual de etiqueta e de ética cortesãs.

cerimônias, características que teoricamente denotam a civilidade dos envolvidos e, acima de tudo, os discriminam, separam-nos dos demais. A fronteira entre a nobreza e as classes mais abastadas, todavia, mostrou-se cada vez mais tênue, e as relações de poder dentro da corte testemunhavam frequente mudança.

Na corte, o valor de um indivíduo se expressa primordialmente nas nuances do convívio social e mundano. As nuances na arquitetura das casas, que refletiam o nível social do proprietário (o que só aprende, segundo a Enciclopédia, quem frequenta a boa sociedade), são grosseiras se comparadas ao refinamento daquelas variações do comportamento – que eram necessárias para expressar a cada vez a hierarquia vigente e viva dentro da corte. Tão grosseiras, aliás, quanto as divisões da sociedade em “ordens” ou “estados”. (ELIAS, 2001, p. 108)

Se a atribuição de caráter nobre à etiqueta e às cerimônias era a realidade da vida social da época, é possível entender um traço notoriamente peculiar e pouco abordado da formação militar: a promoção ativa de formação social e de etiqueta, em especial no nível da oficialidade. Com a difusão das ideias que caracterizavam a sociedade de corte, recebeu o porte requintado e cerimonioso o adjetivo da imprescindibilidade para qualquer cidadão com pretensões políticas. Se os militares tinham um projeto político de ascensão ao poder, como defendeu Clausewitz, os próprios componentes da força necessitavam de postura, de cultura e de refinamento. Precisavam saber fazer também a política, e não apenas a guerra. Precisavam, assim, da civilização.

A cultura de corte foi, em si, um processo civilizatório. Reféns do desejo de estarem próximos da nobreza, até mesmo os estratos menos prestigiosos da sociedade adotaram comportamentos cortesãos a fim de tornar mais fina sua própria imagem (ELIAS, 2001). Famílias agora comiam em mesas, se possível com talheres, e observavam ritos cerimoniais que lhes permitia a sua situação social e financeira. Segundo a tese de Elias, a corte, então, caracterizou-se como elemento civilizador naquela sociedade.

O regimento, reinventado e imbuído da missão política de tornar mais nobres os militares, também atuou como elemento civilizatório, mas por acidente – uma consequência de sua intencionalidade política. Ultrapassando o mero ensino da técnica da guerra, pretendeu tornar-se uma escola de formação de cidadãos. Na França, a adoção desse modelo, em especial após a guerra franco-prussiana, implicou em mudanças na estruturação dos regimentos e da própria admissão e promoção dentro do exército (MARLY e LEMBRÉ, 2014). Uma força que,

anteriormente, recompensava a experiência e a vivência, precisava agora de um novo critério que não marginalizasse o ensino acadêmico, e que melhor se adequasse ao perfil de uma instituição da ciência: a meritocracia.

Entretanto, o critério do merecimento não viu adoção fácil. A própria singradura da *armée-école*¹⁵ exigiu de seus apoiadores a criatividade e o comprometimento. As primeiras tentativas de se ensinar a literatura, por exemplo, eram julgadas ineficazes pelos oficiais:

Du point de vue des officiers, le bilan des écoles régimentaires serait assurément négatif. Dans son état des lieux de l'armée française en 1867, le général Trochu les évoque ainsi comme un « vrai trompe-l'œil, où tout à peu près, excepté la lecture et l'écriture pour quelques illettrés, est artificiel » – comprenons : inutile (MARLY e LEMBRÉ, 2014, p. 148)¹⁶

Tratando-se da própria promoção, os oficiais e o exército, de maneira geral, tinham preferência pelo modelo de indicação ao modelo meritocrático, fato que marginalizava ainda mais o papel do ensino regimental. Segundo Marly e Lembré:

À la méritocratie de l'examen ou du concours, l'armée préfère un avancement massif à l'ancienneté, lequel offre le triple avantage de l'émulation, de la paix sociale dans les rangs et de la fidélité politique de la troupe, particulièrement sous le régime impérial [...]. Avant les réformes de la formation des cadres entreprises sous la troisième république, le système de recrutement interne des officiers privilégie l'ancienneté et la cooptation sociale, marginalisant ainsi le rôle de l'instruction scolaire et des écoles régimentaires du second degré (MARLY e LEMBRÉ, 2014, p. 152)¹⁷

Em relação ao método de ensino, era adotado um modelo dotado de semelhança ao *drill*¹⁸ prussiano (MARLY e LEMBRÉ, 2014), ou seja, supunha-se a possibilidade do aprendizado pela repetição exaustiva e pelo uso de manuais. Foucault (1975, p. 156) apresenta a diferença entre o ensino militar do século XVI, orientado para trazer o máximo de proximidade do combate, e o do XVIII, preocupado com minúcias e com manuais esquemáticos:

¹⁵ Exército-escola. Em francês, é uma palavra feminina.

¹⁶ Do ponto de vista dos oficiais, o balanço das escolas regimentares seria definitivamente negativo. Em seu inventário do exército francês em 1867, o general Trochu os evoca como um “verdadeiro truque de olho, onde quase tudo, exceto ler e escrever para alguns analfabetos, é artificial” – entenda: inútil. A fala “inventário do exército francês em 1867” refere-se à publicação de Trochu, “L'armée française en 1867” (“O exército francês em 1867”).

¹⁷ Em vez da meritocracia do exame ou do concurso, o exército preferia a ascensão por antiguidade no serviço, a qual oferece a tripla vantagem do sentimento de aprimoramento pessoal, da paz social nas fileiras e da lealdade política da tropa, particularmente sob o regime imperial. Antes das reformas da formação de cadetes empreendidas na terceira república, o sistema de recrutamento interno dos oficiais privilegiava a antiguidade e a cooptação social, marginalizando o papel da instrução escolar e das escolas regimentais do segundo grau.

¹⁸ O termo *drill* alude ao que hoje se entende por “ordem unida”.

Au XVI^e siècle, l'exercice militaire consistait surtout à mimer tout ou partie du combat, et à faire croître globalement l'habileté ou la force du soldat; au XVIII^e siècle l'instruction du « manuel » suit le principe de l' « élémentaire » ; et non plus de l' « exemplaire » : gestes simples — position des doigts, flexion de la jambe, mouvement des bras — qui sont au plus les composants de base pour les conduites utiles, et qui assurent en outre un dressage général de la force, de l'habileté, de la docilité.¹⁹

A transformação dos métodos de ensino e de promoção possibilitou ao regimento a adoção plena de um caráter instrucional-civilizatório. Em alguns regimentos, estudantes recebiam cursos de gramática, de história, de geografia e de matemática, além de lições de fortificações e de topografia (MARLY e LEMBRÉ, 2014, p. 153). A própria adoção dos concursos públicos para promoção e admissão teve um efeito civilizatório, incentivando a criação de instituições dedicadas ao ensino preparatório:

La sélection scolaire induit en effet une sélection sociale révélée par la multiplication d'écoles privées préparant le concours et encore accentuée en 1908 par la réforme des concours d'admission qui relève l'exigence scolaire au niveau de l'enseignement primaire supérieur [...]. Les élèves de toutes les armes y reçoivent des cours de littérature, d'histoire, de géographie, de morale, de mathématique. Enfin, la physique et la chimie, imposées à partir de 1908, sont enseignées avec la collaboration matérielle des écoles normales, collèges et lycées (MARLY e LEMBRÉ, 2014, p. 155)²⁰

O prestígio do conhecimento e o caráter civilizatório no meio militar perduram ainda no século XX. No Brasil, por exemplo, local que dista geograficamente do eixo ideológico franco-alemão no qual se concebeu o regimento moderno, traços da cultura regimental e da preocupação civilizatória se manifestam em diversas ocasiões²¹. Dentre essas, os discursos de civilização na Guerra do Paraguai (ALBUQUERQUE e LOUREIRO, 2020) são uma prova do viés de superioridade que a posição civilizada – cortês, embora subsumida à realidade da guerra – e a disciplina do regimento ofereciam. Acerca do próprio conhecimento acadêmico, no Manual de Educação

¹⁹ No século XVI, o exercício militar consistia, sobretudo, em imitar a totalidade ou uma parte do combate, e em aumentar a habilidade geral e a força do soldado; no século XVIII, a instrução do “manual” seguia o princípio do “elementar”, e não mais do “exemplar”: gestos simples – posição dos dedos, flexões da perna, movimento dos braços – que são, no máximo, os componentes básicos para uma conduta útil, e que garantem também um treinamento de força, de habilidade e de docilidade.

²⁰ A seleção escolar induz, em efeito, uma seleção social revelada pela multiplicação de escolas particulares preparatórias para o concurso, acentuada em 1908 pela reforma dos concursos de admissão que eleva a exigência escolar ao nível de ensino primário superior. Alunos de todas as armas recebem cursos de literatura, de história, de geografia, de ética e de matemática. Enfim, a física e a química, impostas a partir de 1908, são ensinadas com a colaboração material de escolas normais, faculdades e liceus.

²¹ Para aprofundamento acerca das ocasiões nas quais o discurso civilizatório se manifestou em confluência com a guerra na história do Brasil, ver “Civilização”, de Loureiro, em “Dicionário da Guerra do Paraguai”, de Arias Neto (2023).

Militar Naval (BRASIL, 1935), publicação institucional redigida por um conjunto de oficiais da época contendo recomendações e lições atinentes ao ensino militar, é possível encontrar uma exaltação ao conhecimento e à experiência como requisitos para obter a capacidade de comandar:

Mandam aquelles que, por seus estudos especiaes, maior tempo na carreira e outras circumstancias, estão habilitados á direcção dos serviços; obedecem os que, por não terem aquelles estudos e pratica resultante do tempo na profissão ou idade bastante, necessitam aprender, para mais tarde mandar, por sua vez (BRASIL, 1935, p. 49)²²

Outrossim, a publicação também traz o cumprimento fiel do dever, o caráter bem formado, o saber e a educação civil e militar como bases para a formação de uma individualidade de respeito, cujo mérito aumenta conforme se adquirem conhecimentos gerais e técnicos (BRASIL, 1935, p. 60). É um manual que elogia a experiência, afirmando que “embora a inspiração seja uma característica, por excellencia, do genio, difficilmente ella apparecerá entre os que não se dedicarem ao serviço, mesmo porque não se conhece marinheiro genial formado fóra da profissão” (BRASIL, 1935, p. 79), e que, reconhecendo o papel do talento inato, ainda reserva à educação militar o potencial de melhorar e de aperfeiçoar os homens (BRASIL, 1935, p. 71). Enaltecendo o rigor e o próprio regimento, traz a Marinha como “a grande forja onde formamos o espirito nacionalista e o character dos nossos marujos, [...] instruindo-os, educando-os, saneando-os, afinando os seus sentimentos patrioticos e tornando-os verdadeiramente brasileiros [...]!” (BRASIL, 1935, p. 38). Se a instrução, a educação e o saneamento supracitados não são marcas de um processo inerentemente civilizatório, que assim o sejam as inúmeras lições de etiqueta social e de cerimoniais presentes no texto (p. 67). No âmbito do Brasil, trata-se de uma pequena prova da difusão da cultura regimental e do projeto de civilização que, na década de 1930, teve suas tintas reforçadas com os contornos de um nacionalismo.

Se o regimento reinventado confirma, assim, o militarismo por excelência, a política por intenção e a civilização por consequência, resta apenas entender sua inserção no seio do Estado liberal, dirimindo algumas aparentes contradições que emergem nesse cenário. Expressão de fundamental importância para as constituições liberais burguesas, “Estado Liberal” denota uma organização do aparato de governo que pressupõe o reconhecimento da autoridade máxima da lei, a divisão de poderes

²² Todas as citações contendo português arcaico preservam a originalidade da fonte, intencionalmente não sendo corrigidas para a gramática contemporânea.

de forma independente e harmônica, e a garantia dos direitos individuais (SILVA, 1988, p. 16). Não obstante os vícios da condução do aparelho do Estado em sua realidade prática, é possível considerar que, ao menos no campo teórico, é uma forma de reger que pressupõe e intenciona uma igualdade entre os cidadãos, ao menos no campo legal. Se a suposta vontade do Estado é assegurar a igualdade plena entre os cidadãos, como poderiam os militares erigir uma narrativa de diferenciação? E se o eventual fim do processo civilizatório é uma sociedade na qual todos são civilizados, como assegurar a relevância do regimento enquanto mecanismo de civilização?

A solução para as duas contradições reside, na verdade, no desenvolvimento de uma percepção diferenciada, um novo olhar, acerca do processo de formação militar. No seio do Estado liberal, o regimento é um mecanismo de desigual-igualdade. Enquanto o preparo para a guerra requer um elevado grau de uniformização, de homogeneidade entre os soldados, mas aqui se faz visível a chave para a resolução da problemática: embora a uniformização seja transplantada para todas as extrapolações do regimento na sociedade (prisões, escolas militares, organizações de cadetes não afiliadas às forças armadas²³, etc.), o ensino próprio da guerra se circunscreve apenas aos militares propriamente ditos.

Este é o segredo do regimento: à sociedade, expor a guerra e as características militares sem ensinar efetivamente a guerra, circunscrevendo o ensino próprio das armas aos militares. É dessa forma que o regimento almeja manter sua relevância como instituição civilizatória e, concomitantemente, conserva a exclusividade dos militares em uma sociedade de iguais. O conhecimento, mais uma vez, torna-se o diferencial. Na sociedade corporativista, são os militares, e apenas os militares, os versados na arte e na ciência do belicismo. Até meados da década de 1960, é o regimento a melhor instituição para civilizar, pois transmite, sem ensinar, a experiência forte, única e sublime da guerra, capaz de aprimorar o indivíduo sob a ótica da dialética hegeliana. A sociedade se inspira no regimento, e traços próprios dessa instituição transbordam para as demais organizações sociais: códigos de conduta e regulamentos, uniformização, cerimônias, culto a símbolos, formação de fortes

²³ Eg. “National Cadet Forces”, na Nova Zelândia, e “National Cadet Corps”, na Índia, são organizações de cunho pseudo-militar, nas quais os participantes realizam exercícios de ordem unida, treinamentos de manejo de armamento e atividades que simulam as desenvolvidas nas forças armadas, mas não são militares propriamente ditos. São uma extrapolação do regimento próprio dos militares, e cultuam a disciplina e a uniformização da mesma forma.

identidades de grupo, e fomento à superação das limitações individuais são apenas alguns. Se o militarismo é o ápice do processo civilizatório, e se “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2018, p. 91), qual é a melhor instituição para se civilizar a população? O regimento. E quem são os melhores atores para conduzir, politicamente, o processo civilizatório? Os militares. Resolvem-se as contradições com o Estado liberal, e consolida-se a função protagonista e insubstituível do regimento. Triunfa, dessa forma, a cultura regimental na sociedade.

5 CONCLUSÃO

Versar sobre humanidades significa, então, tocar em uma miríade de assuntos correlatos e interdisciplinares. Estudar um assunto significa olhar para além de suas delimitações próprias: não apenas entendê-lo por si só, mas sim mirar as inúmeras interconexões que estabelece com outros conceitos, agentes, tempos e movimentos. A guerra, a formação militar, a civilização e o regimento, figuras principais deste trabalho, têm entre si um laço incontornável e perceptível ao olho atento.

O século XIX contempla o aumento do prestígio do cientificismo, tendência que transborda também para a guerra. Se outrora o gênio militar era adquirido pelo presente do nascimento (ou, ainda, pela providência divina), concorreram a experiência e, posteriormente, a própria ciência, para produzir o conceito da habilidade adquirida. Conseqüentemente, permitiram a concepção uma nova forma de militar e de litígio: o militar racional, parametrizado, não-selvagem, na vanguarda de um esforço de guerra civilizado e idealista.

Nesse sentido, reconhecer a possibilidade do aprendizado da guerra permite estudar também o processo de formação militar. Atividade de objetivo transformacional, foi pela disciplina que os quartéis optaram por trazer ao soldado a experiência da guerra sem o sofrimento da guerra. Expondo-o ao conflito interno através de fatores exógenos, permitem a ocorrência do processo dialético hegeliano, gerando o aprimoramento pessoal. A guerra, em seu papel antitético no referido processo, evoca no indivíduo o sentimento do sublime, imprescindível para provocar a comoção intrapessoal que leva à formação de novos juízos.

Assim, a instituição escolhida para inscrever no espaço esse processo foi o regimento. Concebido, inicialmente, como parte de um processo de desarmamento civil, o regimento, em sua readequação ao cientificismo do século XIX, adotou funções transcendentais ao de uma mera instituição militar. Não apenas responsável pelo ensino da técnica da guerra, gerava também identidades, discursos e, sobretudo, civilização, imerso num contexto de interesse político da classe guerreira. Militar por acidente, político por opção e civilizador por consequência, o quartel se faz presente no Estado liberal como uma instituição plenamente científica e parametrizada, insubstituível no coletivo do aparato institucional público.

Sua inserção no liberalismo, embora suscite questões apontadoras de contradições, se faz através da manutenção da diferenciação do estrato militar. Únicos detentores do conhecimento da guerra e dotados da vívida experiência da guerra, seja em treino ou em ações reais, são as personagens sociais que mais vivenciaram o sublime, a dialética, o aprimoramento, contando, assim, com a maior capacidade de conduzir o processo civilizatório e o aprimoramento da sociedade dos oitocentos e novecentos.

Reconhecendo as questões espaço-temporais que circunscrevem a consciência do pesquisador, incentiva-se a abordagem repetida deste tema, bem como de todos os outros atinentes à história, à cultura e às questões da humanidade. Este tipo de trabalho deve ser reescrito, revisado, submetido ao escrutínio recorrente da academia, para que possa alcançar sempre uma interpretação mais refinada do tema. Se a guerra continuar ou não a existir, e se a formação militar do futuro for completamente diferente desta da contemporaneidade e daquela da modernidade, que o esforço posterior se dedique a entender, sempre, o liame entre as armas e a civilização, entre o regimento e a cultura. Que não se circunscreva o tema apenas à tática e à estratégia. Guerra, instituições e cultura são conceitos mais próximos que levam a crer as aparências.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. D.; LOUREIRO, M. J. G. O Romantismo da Guerra do Paraguai: entre o belo e o sublime na obra do pintor Edoardo de Martino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 181, n. 484, set/dez 2020. 195-233.

BRASIL. **Manual de Educação Militar Naval**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1935.

CLAUSEWITZ. **Da Guerra**. Tradução de Peter Paret, Luiz Carlos Michael Howard. [s.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <<https://www.amigosdamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

CONTAMINE, P. **War in the Middle Ages**. Tradução de Michael Jones. Malden: Blackwell Publishers, 1999.

ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Tradução da primeira edição alemã, de 1983.

FOUCAULT, M. **Surveiller et Punir**: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

HUNTINGTON, S. P. **The Soldier and The State**. Massachussets: Harvard University Press, 2000.

JOMINI. **Précis de l'Art de la Guerre**. Paris: [s.n.], 1838.

KANT, I. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Tradução de António Marques e Valerio Rohden. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 3ª reimpressão em 2008.

KEEGAN, J. **The Face of Battle**: A Study of Agincourt, Waterloo and the Somme. Londres: Pimlico, 2004.

KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2006.

LOUREIRO, M. J. G. "É uso do mundo dizer mal dos bons": ruína e restauração do marquês de Montalvão sob as voltas da roda da fortuna. **Tempo**, Niterói, 28, n. 2, Maio / Ago 2022. 202-224.

LOUREIRO, Marcello. "Civilização". In: ARIAS NETO, José Miguel (Org.). **Dicionário da Guerra do Paraguai**. Londrina: Editora da UEL, 2023. (No prelo).

MARLY, M.; LEMBRÉ, S. À l'école du régiment: instruction, culture scolaire et promotion dans les rangs de l'armée française au XIXe siècle. **Revue d'histoire du XIXe siècle**, Paris, v. 1, n. 48, p. 145-161, junho 2014. ISSN 1265-1354.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, v. 5, 2005.

SENEILLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: Editora 34, 2006.

SILVA, J. A. O estado democrático de direito. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 173, julho/setembro 1988. 15-34.